

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS) EM SÃO SEPÉ, RS¹

Cleone Scherer Ribeiro¹, Paulo Edelvar Corrêa Peres²

¹ Especialista em Educação Ambiental

² Professor do Curso de Especialização em Educação Ambiental

RESUMO

As questões ambientais não se apresentam de forma isolada, mas como uma interação das relações sociais e de cidadania vivenciadas pela população, além das suas próprias condições de vida. Diante disto, o problema de pesquisa da presente monografia foi verificar as condições demográficas, socioeconômicas e ambientais de alguns bairros do município de São Sepé, inter-relacionando o conhecimento de questões ambientais pela população que habita mais próxima ao lixão da cidade e através dessa análise identificar alguns pontos a serem trabalhados em educação ambiental pela equipe de saúde e/ou assistência social do município. Para a coleta de dados foi utilizado o questionário como instrumentos. Os dados coletados foram padronizados, codificados e digitados no Excel e construídas tabelas e gráficos. Para as perguntas abertas foram utilizadas planilhas. Observou-se que embora haja muito a ser realizado no município de São Sepé em relação a educação ambiental, os primeiros passos estão sendo dados. A população analisada, coberta pelo PACS, sendo, portanto a de menor renda, com baixo ou médio nível de instrução escolar, aos poucos vem evoluindo na construção de cidadania, seja na separação do lixo ou pela percepção ambiental em evolução nas atitudes, como o observado pelos alunos da escola próxima ao lixão que apresentam percepção ambiental e tem consciência da importância de suas ações na construção dessa mudança de hábitos. Espera-se que estes dados contribuam na construção e evolução da cidadania e que novas ações sejam relacionadas a esta temática tão relevante para a preservação de nosso planeta.

Palavras-chave: educação ambiental; serviço social; cidadania.

INTRODUÇÃO

As problemáticas advindas da globalização provocam a necessidade de se ampliar reflexões, buscar soluções para que o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico não interfira de forma negativa na qualidade de vida da população. Nesse sentido, a presente pesquisa realizada nos Bairros Tatsch e Pontes (urbanos); Vila Block (urbano, mas distante da sede) e Passo do Freire (rural), buscou-se identificar em que medida as famílias atendidas pelo Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS no município de São Sepé, RS consideram relevantes as questões ambientais atuais.

A literatura nos mostra que as questões ambientais não se apresentam de forma isolada, mas como uma interação das relações sociais e de cidadania vivenciadas pela população, além das suas próprias condições de vida.

Nesse sentido, Veríssimo (2000) afirma que conhecendo o perfil dos cidadãos, seus pensamentos e sua realidade, torna-se viável a construção de projetos que inter-relacionem população, profissionais e gestores, possibilitando a construção de uma melhor qualidade de vida para todos, com racionalidade e sustentabilidade ambiental.

Diante disto, o problema de pesquisa foi verificar as condições demográficas, socioeconômicas e ambientais de alguns bairros do município de São Sepé, inter-relacionando o conhecimento de questões ambientais pela população que habita mais próxima ao lixão da cidade e através dessa análise identificar alguns pontos a serem trabalhados em educação ambiental pela equipe de saúde e/ou assistência social do município. Buscou-se um diagnóstico da situação social das famílias cadastradas no Programa de Saúde da Família do município e a avaliação da percepção ambiental dos alunos que vivem próximos ao lixão da cidade e a divulgação desses dados como o primeiro passo na construção de uma atuação profissional do assistente social na articulação de educação ambiental.

A preocupação com o diagnóstico social surgiu devido à carência de dados socioeconômicos, demográficos, de moradia e saúde de hábitos de vida dessa população.

Acredita-se que conhecer o perfil da população que recebe atendimento no Programa de Saúde da Família poderá resultar em ações integradas junto a projetos de atenção integral de saúde, ou seja, poderá representar a porta de entrada para uma articulação mais contextualizada dos profissionais que buscam uma ação efetiva em educação, saúde e cidadania, garantindo, dessa forma, diretos sociais por meio de projetos embasados na realidade local, os quais priorizem também a educação ambiental em aspectos do cotidiano desses indivíduos, viabilizando uma melhor qualidade de vida para a comunidade.

A atuação interdisciplinar em prol de ações com a comunidade é válida quando bem direcionada, e para tal, faz-se necessário observar as problemáticas sociais e ambientais presentes na comunidade.

Nesse contexto, o objetivo geral da presente pesquisa foi o de realizar um diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pelo PACS no município de São Sepé, RS, buscando apontar alternativas de melhorias nas condições de vida desses habitantes, utilizando-se da conscientização e participação social para tal. E, como objetivos específicos, procurou-se identificar os problemas relacionados ao meio ambiente existente nas realidades pesquisadas, além da avaliação da consciência ambiental dos alunos que freqüentam a Escola Estadual de Educação Básica Capitão Emídio Jaime de Figueiredo, localizada próxima ao lixão da cidade.

Portanto, conhecer a realidade em que se vive é importante para o desenvolvimento de ações em prol de uma melhor qualidade de vida da população, considerando que cada local possui uma realidade específica. Assim, a análise socioeconômica das famílias cadastradas no PACS de São Sepé constitui-se no primeiro passo para uma proposta de ação participativa e integrada entre população e profissionais de saúde. Nessa perspectiva, os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados como instrumento de trabalho na Secretaria de Assistência e Habitação Social de São Sepé. Dessa forma, justifica-se o interesse pela presente pesquisa.

Assim, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro consta do referencial teórico, o segundo, apresenta a metodologia, o terceiro traz a análise e a interpretação dos dados e, no quarto capítulo estão as considerações finais.

Caracterização do município de São Sepé

A região de São Sepé foi inicialmente ocupada por índios Guaranis, sendo estes os primeiros habitantes, chefiados pelo cacique Sepé Tiarajú. A emancipação de São Sepé veio após muitas lutas, a começar pela tão sonhada construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, autorizada pela Resolução n. 66 de 6 de junho de 1846 e, com a Revolução Farroupilha. Com o crescimento do povoado, São Sepé elevou-se à categoria de Freguesia, em 1850. A criação do município ocorreu a 29 de abril de 1876, pela Lei Provincial n.1209.

A economia do município é baseada nas atividades agropastoris, com destaque para as culturas do arroz, soja (mais expressivas) e milho. Na pecuária destacam-se as criações de gado de corte e leite. São Sepé assiste a uma debandada populacional para os centros maiores, especialmente por parte dos jovens.

A cidade de São Sepé esta localizada no Centro Ocidental Rio-grandense, tendo limites com os municípios de Santa Maria, Caçapava do Sul, Formigueiro, Vila Nova do Sul, Restinga Seca, Cachoeira do Sul e São Gabriel. Estando situada a 257km da Capital do Estado do RS, Porto Alegre.

Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

O Brasil, a partir da Constituição de 1988, assume o compromisso de reorganizar seu modelo de atenção à saúde, referenciado na perspectiva de saúde como direito de cidadania e como recurso que apóia o desenvolvimento individual e coletivo, agregando práticas assistenciais, preventivas e educativas, tendo como princípios norteadores garantir o acesso universal, equânime e o atendimento integral e descentralizado da saúde.

Nesse contexto, a Portaria n. 1886, de 18 de dezembro de 1997, aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família.

Segundo essa Portaria, ao Agente Comunitário de Saúde, cabe desenvolver e executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente. Além de utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade de sua atuação; executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas que promovam a qualidade de vida.

Qualidade de vida para a Organização Mundial da Saúde refere-se a saúde física, saúde psicológica, nível de independência (em aspectos de mobilidade, atividades diárias, dependência de medicamentos e cuidados médicos e capacidade laboral), relações sociais e meio ambiente. Dessa forma, a qualidade de vida deve ser entendida dentro da experiência cotidiana e pessoal de cada um dos envolvidos.

Nessa perspectiva, o agente comunitário de saúde (ACS) é uma pessoa da própria comunidade, preparada para orientar as famílias no cuidado de sua saúde e da saúde da comunidade, devendo agir em sintonia com a Unidade de Saúde mais próxima. Identifica problemas, orienta, encaminha e acompanha a realização dos procedimentos necessários à proteção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde das pessoas daquela comunidade (BRASIL, 1996).

Educação Ambiental

A Constituição Federal de 1988 dedicou o Capítulo VI ao tema meio ambiente. O art. 225 “*caput*” consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,² considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. “A defesa e a preservação do meio ambiente são tarefas do Poder Público e da coletividade, que tem essa responsabilidade perante as gerações futuras” (BRUNO NETO, 2003, p. 292). O inciso VI do § 1º do art. 225 determina que para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino³ e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual em seus art. 1º e 2º, assim define a educação ambiental:

1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No art. 5º, a mesma lei apresenta como objetivos fundamentais da educação ambiental,

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

² Equilíbrio ecológico é o estado dinâmico de relacionamento dos seres vivos entre si e com o meio ambiente, em que a proporção entre as populações de seres vivos, as propriedades físico-químicas do ar e da água se mantém relativamente constantes ao longo do tempo (BRUNO NETO, 2003, p. 292).

³ Nível Federal, Estadual e Municipal.

Para Dias (1998), permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais, é o principal objetivo da educação ambiental. Entende o autor que a educação ambiental deveria facilitar os meios de interpretação da interdependência desses diversos elementos, no espaço e no tempo, a fim de promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos naturais para satisfazer as necessidades da humanidade.

A Política Nacional de Educação Ambiental, com relação a Educação Ambiental no ensino formal, no art. 9º define que a mesma deve estar contemplada na grade curricular das instituições de ensino públicas e privadas, em todos os níveis de ensino. Essa determinação é reforçada no art. 10 ao determinar que “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”.

Nessa perspectiva, Jacobi (2003) salienta que a educação ambiental está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza. Considera que sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de prática e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

Ruscheinsky (2003, p. 54) complementa essa idéia ao afirmar que “a educação ambiental pode se constituir num espaço revigorado da vida escolar e da prática pedagógica, reavivando o debate dentro e fora da escola, permitindo uma maior conexão com a realidade dos educandos, possibilitando uma ação consciente e transformadora das posturas em relação ao mundo e aos semelhantes”.

Na mesma direção é a opinião de Reigota (2001, p. 18) ao assegurar que “a Educação Ambiental não pode ser baseada na transmissão de técnicas e de conteúdos formais” e de Barcelos (1997, p. 5) ao sugerir que na “Educação Ambiental deve-se buscar ou promover a criatividade dos professores e educandos, construindo alternativas para o diálogo com as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem”.

Na opinião de Dias (1998) as atividades de Educação Ambiental devem permitir oportunidades que desenvolvam uma sensibilização a respeito dos problemas ambientais e a busca de alternativas de soluções, conduzindo pesquisas, relacionando fatores psicossociais e históricos com fatores políticos, éticos e estéticos. Identificando, dessa forma, problemas ambientais, coletando e organizando informações, desenvolvendo e gerando planos de ação e alternativas para solução dos conflitos.

Ressalta Dias (2003) que a Educação ambiental será efetiva quando inserida na realidade de seus participantes promovendo o entendimento em relação aos problemas ambientais e conscientizando que muitas das situações vivenciadas são criadas pelos próprios indivíduos, seja pela ação ou pela omissão.

Portanto, a efetivação da educação ambiental só se dará pela interação de profissionais e população interagindo para um mesmo objetivo a busca do equilíbrio da natureza, a partir da modificação de ações destrutivas e na reflexão sobre cada vivência em sua comunidade.

Serviço Social e Educação Ambiental

O entendimento que o serviço social está intimamente relacionado à educação ambiental, parte do pressuposto de que o ambiente não está separado do social em sua contextualização. Para Leff (2000) os problemas ambientais são problemas fundamentalmente sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais. Ressalta ainda a importância da reorientação

interdisciplinar, do desenvolvimento do conhecimento e da formação dos profissionais que atuam no campo da saúde coletiva, na perspectiva que se avance na reflexão sobre a pesquisa das ciências sociais no campo dos problemas ambientais que afetam as condições de saúde das populações.

Além disso, a multidisciplinaridade é essencial para que se construam projetos com diferentes profissionais, mas que atuem em conjunto visando a totalidade da educação e saúde da população. A educação ambiental deverá ser desenvolvida a partir de experiências práticas e da interiorização de novos valores. As mudanças contemporâneas são complexas e necessitam da comunicação entre várias áreas do conhecimento, para que se desenvolvam ações efetivas.

No entendimento de Boff (1999) a comunicação entre várias áreas do conhecimento pode ser denominada interdisciplinaridade. O grande desafio está em gerir um processo educacional onde as ações educativas sejam desenvolvidas na perspectiva da sensibilização aproximando o ser humano do natural, do emocionar-se com a natureza, do sentimento de pertencimento à vida planetária, da cooperação de todos com todos, da solidariedade.

Considera-se que a conscientização e participação dos atores sociais se caracterizam como o método mais condizente e eficaz para atingir os objetivos do desenvolvimento humano, o fio condutor que liga os seres humanos a uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, as ações de fortalecimento e construção de ações sustentáveis devem incluir o envolvimento comunitário como prioridade e base para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento local, tendo como princípio o respeito da cultura local e a valorização da participação dos atores sociais envolvidos no processo, enquanto responsáveis pela efetivação das ações sócio-ambientais sustentáveis.

O Serviço Social tem muito a contribuir com a educação ambiental, pois é o assistente social quem decifra a realidade e contribui com estratégias que efetivem direitos aos cidadãos, incentivando-os e participando ativamente de reflexões sobre suas ações e educando para a intervenção na realidade (SOUZA et al., 2008).

Para Trindade (2001), a ação do Serviço Social precisa se efetivar no contexto de elaboração, proposição e intervenção compactuada com a ação de profissionais de diversas outras áreas do conhecimento, a fim de garantir a complementação de saberes. Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social, no contexto de ação interdisciplinar, deve ser destacada como âncora para que, a partir das estratégias metodológicas de sua abordagem, a participação popular possa ser tomada, de fato.

Diante dessa configuração se torna necessário refletir sobre o desenvolvimento da racionalização da intervenção social, no sentido de acionar instrumentos técnico-operativos que contribuam para viabilizar a inserção do assistente social nas complexas e diversas formas de enfrentamento das questões urbanas, que trazem demandas de caráter técnico, teórico, metodológico e ético-político para a profissão, como é o caso da questão ambiental.

METODOLOGIA

Esta pesquisa constituiu-se de um estudo quanti-qualitativo. Alguns estudiosos de Metodologia recomendam o uso de uma abordagem mista ou quali-quantitativa, em que elementos qualitativos se mesclam aos quantitativos; de modo geral, muitas pesquisas qualitativas recorrem à quantificação para obter melhores resultados (SILVA, 2001).

O tipo de pesquisa utilizado foi a Pesquisa de Campo, na qual o pesquisador remete-se a uma dada realidade que se constitui em seu interesse de pesquisa, formando assim a fonte principal das informações que o pesquisador utilizará em seu estudo.

Entre os instrumentos de pesquisa optou-se pelo questionário. Sendo um questionário com questões demográficas e socioeconômicas e, outro, com questões relacionadas à percepção ambiental. O questionário consiste na "[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc." (GIL, 1995, p. 124).

A população participante da pesquisa foram pessoas residentes nos Bairros Tatsch, Passo do Freire e Vila Block e estudantes da Escola Capitão Emídio Jaime de Figueiredo, situada em uma área próxima ao lixão.

A amostra foi composta de 81 pessoas credenciadas no PACS e residentes nos Bairros Tatsch, Passo do Freire e Vila Block e 41 alunos da terceira e quarta séries do ensino fundamental da Escola Capitão Emídio Jaime de Figueiredo.

Para análise e interpretação, os dados foram padronizados, codificados e digitados no Excel, a partir de então foram construídas as tabelas e os gráficos, apresentados no item a seguir.

Diagnóstico social das problemáticas relacionadas ao meio ambiente em três grupos distintos cobertos pelo PACS

Para a análise da realidade local foram aplicados 81 questionários, pelos agentes comunitários de saúde, previamente treinados pela coordenadora da pesquisa, em três bairros com situações distintas: Passo dos Freire (área rural, 20 questionários), Vila Block (urbana mas distante da parte central, 40 questionários) e Bairro Tatsch (urbano, 21 questionários). Os questionários abrangiam questões de saúde, ambientais e sociais.

Em relação às características demográficas a média de idade dos entrevistados foi de 55-88 anos, sendo a maioria de cor da pele branca (61,92%).

Quanto à escolaridade segue-se a distribuição a seguir:

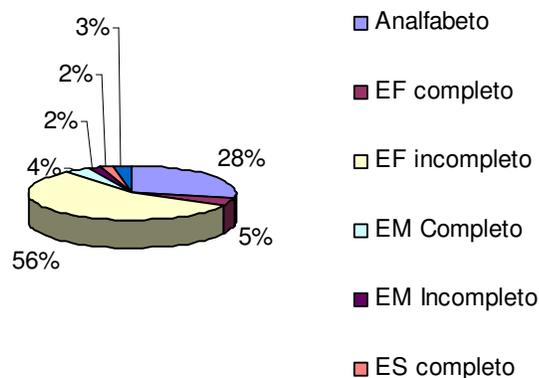


Figura 1 - Distribuição quanto à escolaridade.

Observa-se nos dados acima a escolaridade baixa da população, além do alto índice de analfabetos. Explica-se essa realidade pelas famílias focos do estudo pertencerem àquelas cobertas pelo PACS.

Quanto à profissão, observa-se que a maioria dos entrevistados (32,09%) é aposentado, 17,28% são trabalhadores rurais, 9,87%, recebe Benefício de Prestação Continuada, 7,28% trabalha em serviços gerais e 7,28% sobrevivem do Programa do governo federal Bolsa Família, o restante distribui-se em pequenos percentuais entre trabalhadores de frigorífico, cozinheira, frentista, trabalhador de agropecuária, faxineira, motorista, auxiliar de serviço administrativo e dona de casa.

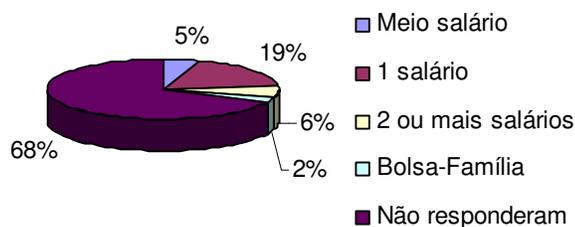


Figura 2 - Distribuição quanto à renda familiar.

Geralmente a baixa renda está relacionada a uma baixa escolaridade, como pode-se observar no gráfico acima. A maioria dos entrevistados recebe até um salário mínimo.

Em relação às condições de habitação, 95,06% dos entrevistados possui energia elétrica com medidor e 76,54% possui banheiro com vaso sanitário e chuveiro.

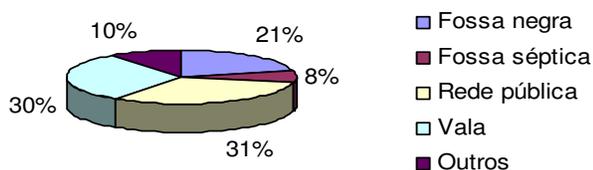


Figura 3 – Distribuição quanto ao tipo de instalação sanitária.

Em relação ao abastecimento de água, observa-se que:

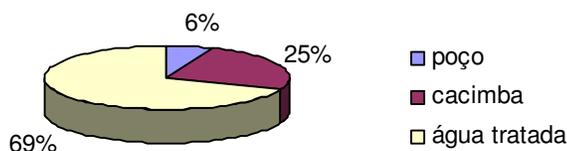


Figura 4 – Distribuição quanto à forma de abastecimento de água.

A maioria da população tem o abastecimento de água proveniente de água canalizada. Ainda em relação aos entrevistados destaca-se que o abastecimento de água proveniente de cacimba ou poço se dá na maioria em áreas rurais, onde não há água canalizada.

A má qualidade da água disponível é um fator determinante no quadro de escassez, em especial nas grandes cidades, onde a poluição destrói os mananciais acarretando inúmeros outros problemas. Os mais visíveis são as enchentes e as doenças infecciosas. O capítulo 18 da Agenda 21 do plano mundial de metas ambientais estabelecido na Eco92 ressalta que aproximadamente 80% de todas as doenças de origem hídrica e mais de um terço das mortes em países em desenvolvimento são causadas pelo consumo de água contaminada.

Quanto ao material de construção das moradias destaca-se:

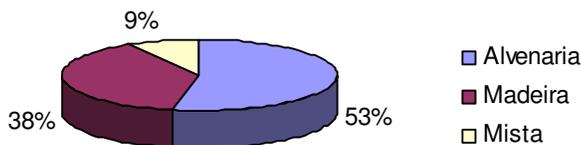


Figura 5 - Distribuição quanto ao material de construção da moradia.

A maioria dos entrevistados mora em casas de alvenaria, de boas condições de habitabilidade.

Em relação ao número de pessoas em cada moradia, observa-se:

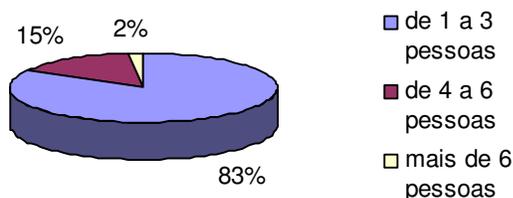


Figura 6 - Distribuição quanto ao número de pessoas residentes na moradia.

Ressalta-se ainda em relação às questões socioeconômicas, que um percentual de 16,04% dos entrevistados apresenta algum tipo de dependência. destacadas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Tipo de Dependência.

Dependência	Freqüência Absoluta
Álcool	2
Tabagismo	8
Medicamentos	1
Total	11

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos dependentes são relacionados ao tabagismo e não fizeram nenhum tratamento médico. Dois indivíduos relatam ser dependentes de fumo e álcool.

Em resposta a pergunta: Você ou algum familiar possuem alguma doença crônica? Destaca-se que 46,91% dos entrevistados ou familiares apresentam Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e 12,34% apresentam diabetes associada a HAS, outras doenças crônicas identificadas com menores percentuais foram doenças cardíacas, bronquite, reumatismo e doença de chagas.

O lixo na zona rural, onde não havia coleta, era queimado pela maioria dos entrevistados (60%), alguns, além de queimar enterravam a maioria do lixo. 20% dos entrevistados da zona rural realizavam a separação do lixo e levavam os recicláveis quando se deslocavam à cidade para a coleta urbana.

Na localidade de Vila Block há coleta de lixo, de forma não seletiva, apenas uma vez por semana, 60% dos entrevistados não separam o lixo para a coleta.

No Bairro Tatsch, há coleta de lixo, não seletiva, que é realizada três vezes por semana, 70% dos entrevistados não separam o lixo para coleta.

O principal problema ambiental identificado foi o lixão e a coleta de lixo. O lixão municipal está localizado a céu aberto, próximo à comunidade do Bairro Pontes.

O lixão de São Sepé foi interditado e desativado há aproximadamente um ano. Atualmente o lixo é recolhido pela empresa PRT, que apresenta vinte e um funcionários, firma contratada para fazer o recolhimento. Esse lixo é levado para Santa Maria onde existe o aterro sanitário. Quando uma carga enche o caminhão vai até Santa Maria fazer o transbordo e então volta para recolher o

restante do lixo da cidade. A Produção é de 12 toneladas de lixo por dia. Se fosse separado corretamente só iria 15% para o aterro sanitário. Metade do lixo recolhido das residências é orgânico. Na região central da cidade há coleta seletiva de lixo. E a destinação, ao menos uma vez por semana, do lixo reciclável recolhida pelo município, à Associação Ecológica de Catadores de Material Reciclável de São Sepé Mãos Dadas. Existe ainda o Centro Municipal de Reciclagem com atuação na reciclagem e palestras educacionais com orientação aos estudantes da rede pública.

Ainda há uma Organização Não Governamental (ONG) denominada ECOLAJE - AÇÃO LAJEADO DO MOINHO que surgiu a partir de uma idéia entre amigos interessados em desenvolver um trabalho solidário e voluntário na esfera sócio-ambiental na cidade de São Sepé - RS. O Lajeado do Moinho, que atravessa a cidade e que sofre com os efeitos da poluição urbana foi escolhido como símbolo desta manifestação, embora a atuação do grupo vise todo o município. Também a preocupação com aspectos culturais e históricos de São Sepé esta presente no dia a dia da ONG.

Observa-se que muitas ações com a participação da população, profissionais que sobrevivem do lixo e gestores estão sendo organizadas, mas ainda estão em sua fase inicial, necessitando do desenvolvimento de maiores redes e evolução desses projetos.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, conduzida pelo IBGE em 2000, apenas 33% dos 5475 municípios (1814 municípios), coletam 100% dos resíduos domiciliares gerados nas residências urbanas de seus territórios. De acordo com a mesma pesquisa do IBGE são coletadas diariamente, em todo o país, 228413 toneladas sendo 11067,1 t/dia na Região Norte, 41557,8 t/dia na Região Nordeste, 141616,8 t/dia na Região Sudeste, 19874,8 t/dia na Região Sul e 14296,5 t/dia na Região Centro-Oeste. Desse total coletado de resíduos domiciliares urbanos cerca de 20% é disposto de maneira inadequada em vazadouros a céu aberto, aproximadamente 3% são enviados para unidades de compostagem e a incineração é o destino de quase 0,5%. Para os aterros são destinados aproximadamente 73% do total coletado de resíduos domiciliares urbanos.

A partir de observações de campo nos espaços urbanos de uma forma geral constata-se que não há um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, pois os mesmos estão misturados e depositados em lixões, mesmo que haja eventualmente o recolhimento e a classificação tanto na origem como nos depósitos.

Então, com isso, confirma-se à necessidade urgente de gerenciar os resíduos. Um fator importante que deve ser implantado em todos os espaços urbanos é a coleta seletiva dos materiais recicláveis e a compostagem dos alimentos.

A compostagem é um processo de reutilização dos resíduos orgânicos. Através de processos biológicos e sob condições físicas e químicas adequadas, a decomposição do resíduo orgânico fornece como produto final o fertilizante orgânico.

Devido ao resíduo urbano no Brasil apresentar um alto percentual de matéria orgânica (em torno de 50 %), a utilização da compostagem seria uma solução viável para minimizar a quantidade de resíduo a ser disposta. Através da compostagem, pode-se reduzir à metade a massa de lixo processada, obtendo-se em prazo curto de tempo um produto final bioestabilizado (composto orgânico) que pode ser utilizado na agricultura ou lançado no solo sem risco ambiental significativo (HISATUGO, 2006).

Então, tudo indica que os resíduos descartados sem a reciclagem, a compostagem e a reutilização poderão gerar problemas, como: saturação de aterros, formação de lixões, aumento de centrais de lixo, redução dos recursos naturais e outros impactos ambientais. Sendo assim um

bom gerenciamento produzirá ótimos resultados para o aspecto visual das cidades, para a gestão ambiental do município e para o aumento da vida útil dos aterros sanitários (AMORIM; PEREIRA, 2009).

Avaliação da consciência ambiental dos alunos da escola localizada no Bairro Pontes

O Bairro Pontes é onde se localiza o lixão da cidade. O questionário foi aplicado na Escola Capitão Emídio Jaime de Figueiredo, localizada nesse bairro a fim de avaliar-se a consciência ambiental dos alunos. Foram aplicados 40 questionários em alunos de terceira e quarta série do ensino fundamental, seis alunos não responderam o questionário. O questionário foi composto de oito questões fechadas e cinco questões abertas totalizando 13 questões. Esse questionário foi baseado no utilizado por Cavalheiro (2008).

A primeira questão refere-se à percepção dos alunos em relação aos problemas ambientais. Destaca-se que 88,23% dos entrevistados consideram que os problemas ambientais que se apresentam no dia a dia estão relacionados com a natureza e o homem. Percebem que o homem faz parte dessa inter-relação, mais não consideram outras questões como as socioeconômicas introduzidas nesse sistema. Esses dados convergem com Cavalheiro (2008) que na avaliação em uma escola pública de Santa Maria observou que os alunos tinham uma percepção razoavelmente abrangente em relação aos problemas ambientais visto que não consideraram apenas o aspecto de que somente a natureza fazia parte dos problemas ambientais, mas ao mesmo tempo não consideraram outras relações como as socioeconômicas.

A segunda questão avaliou o acesso permanente a materiais informativos de Educação ambiental. Conforme figura a seguir:

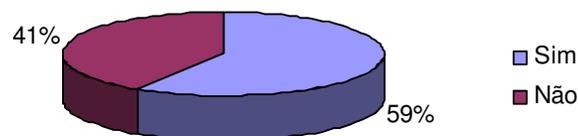


Figura 7 - Distribuição quanto ao acesso a materiais informativos.

Embora a maioria dos alunos tenha acesso aos materiais de educação ambiental, uma grande parte não apresenta esse acesso. Isso vai ao encontro do referido por Cavalheiro (2008) que percebeu essa contradição em seu estudo, onde uns têm acesso a materiais e outros não.

A terceira questão afirma que os problemas ambientais estão cada vez mais sendo discutidos na mídia e na sociedade e pergunta ao aluno o que ele acha em relação a esses assuntos: ruim, péssimo, chato, ótimo, importante ou não tem interesse.

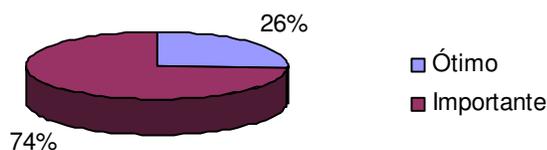


Figura 8 - Opinião referente aos problemas ambientais expostos pela mídia.

Em relação aos problemas ambientais discutidos na mídia e na sociedade, os alunos consideram esses assuntos “ótimos” e “importantes”, nenhuma das outras respostas foi citada. Diferente do encontrado por Cavalheiro (2008) nesse aspecto, que verificou percentuais em outras opções, tais como: ruim, péssimo, não tenho interesse. Mas ao mesmo tempo convergente em relação a maioria ter considerado “importante” e “ótimo” a discussão dos temas ambientais pela mídia e sociedade. Essa descrição refere que a escola e os alunos apresentam uma consciência e interesse pelo conhecimento ambiental.

A quarta questão busca avaliar quais os interesses dos alunos enfocados dentro da educação ambiental. O gráfico abaixo expõe esses dados:

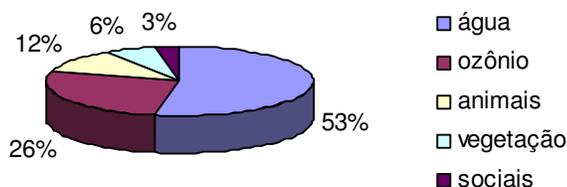


Figura 9 - Assuntos de Educação Ambiental de Interesse dos alunos.

Os temas mais destacados pelos alunos foram água e camada de ozônio. Cavalheiro (2008) encontrou também como fator mais destacado pelos alunos a água, talvez pelas campanhas da mídia sobre a finitude desse recurso para as gerações futuras.

A quinta questão avalia qual a consideração dos alunos sobre a água potável, é esta um recurso finito ou não.

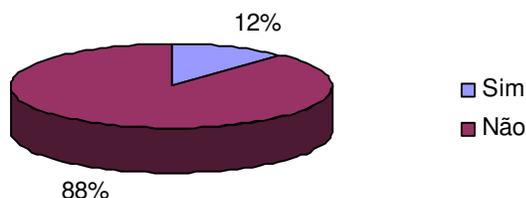


Figura 10 - Quanto a finitude da água potável

Observa-se que a maioria dos alunos refere que a água potável é um recurso não renovável, o que vai ao encontro do referido por Cavalheiro (2008) e evidencia um bom conhecimento dos recursos naturais e uma consciência ecológica.

A sexta questão busca captar quais as formas de preferência para que os alunos discutam as problemáticas ambientais. Foram colocadas opções tais como: palestras, trabalhos práticos com jogos ou brincadeiras educacionais, vídeos, internet e outros.

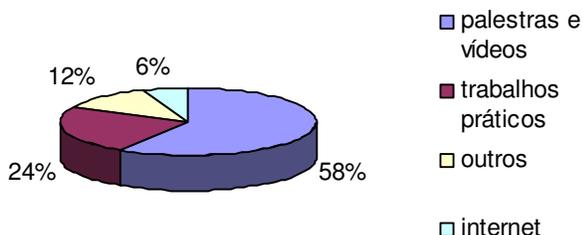


Figura 11 - Meios de discussão e assimilação dos problemas ambientais.

A maioria dos alunos referiu ter interesse por palestras e vídeos para assimilação e discussão dos problemas ambientais e em segundo lugar ficou a opção por trabalhos práticos. Cavalheiro (2008) encontrou as mesmas opções como as mais citadas, mas em situação inversa, em primeiro lugar ficou a opção de trabalhos práticos e em segundo palestras e vídeos. De qualquer forma, ambas refletem uma necessidade de um ensino diferenciado, onde os estudantes tenham uma maior participação do processo de aprendizagem.

A sétima questão investiga se algum dos professores já havia trabalhado a questão dos problemas ambientais em sala de aula, destaca-se que 100% dos alunos referem que o professor trabalhou esse assunto em sala de aula.

A oitava questão refere: Se próximo a sua residência tem um riacho, e este se encontra cheio de lixo jogado pelas pessoas do bairro. Você tomaria a iniciativa de:

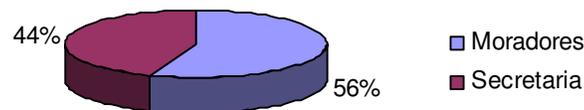


Figura 12 - Iniciativa em relação a não poluição de um rio.

Observa-se que os alunos percebem na sua grande maioria, que a atitude em relação a não poluição ambiental deve partir deles próprios, dos moradores do bairro, em primeiro lugar, que não devem jogar lixo no rio e não descartam, ao mesmo tempo, a obrigação dos órgãos públicos, que devem ser procurados para remover o lixo do mesmo. Nenhum dos alunos cita a possibilidade de não se importar com o problema do lixo no riacho ou ter atitudes tais como: “todo o bairro joga resíduo no lixo, também vou jogar”. Essas observações revelam uma atitude de consciência coletiva da responsabilidade em relação à natureza e de responsabilização em relação às próprias atitudes. Uma consciência de cidadania parece estar se formando nessas gerações mais novas da escola. Cavalheiro (2008) encontrou semelhantes resultados em seu estudo e refere:

[...] Diante desse resultado, é percebido que os educandos entendem a necessidade de participar deles enquanto agente de mudanças na solução de problemas locais. Contudo, é fundamental que os professores despertem o interesse dos alunos para exercerem a sua cidadania, auxiliando na formação de um cidadão crítico e participativo, para isso é indispensável uma pedagogia do ambiente (CAVALHEIRO, 2008, p. 45).

A nona questão coloca uma situação ao aluno: “O que você faria se visse um colega, realizando a caça a um pássaro?” Os alunos em sua totalidade agiriam no sentido de evitar a morte do pássaro, ou de pelo menos avaliar a situação como negativa. As respostas mais citadas foram: “Não pode!”, “Não deixaria ele matar o pássaro”, “Acharia Ruim”, “Falaria para sua mãe evitar” ou ainda “Denunciaria ao IBAMA”. Esses achados vão ao encontro com a pesquisa realizada por Cavalheiro (2008) e demonstram atitudes positivas em relação ao fato.

A décima questão se refere se o aluno acha que a derrubada de florestas e beira de rios vai ocasionar a destruição das margens e diminuir o leito do rio. A maioria dos alunos (91,17%) respondeu que sim, demonstrando uma boa percepção ambiental. Esses dados convergem com os achados de Cavalheiro (2008), embora a percepção ambiental dos alunos que ele avaliou apresentou-se em um percentual menor.

A questão onze avalia se o aluno acha que a exposição ao sol pode causar câncer de pele em horários inadequados. A totalidade dos alunos (91,17%) respondeu que sim, o que evidencia a percepção e o conhecimento em relação à exposição excessiva dos raios solares em horários inadequados. Essas evidências foram as mesmas encontrada por Cavalheiro (2008) em seu estudo que encontrou um percentual de 81,25%.

A questão doze avalia se na casa do aluno há o cuidado na separação do lixo.

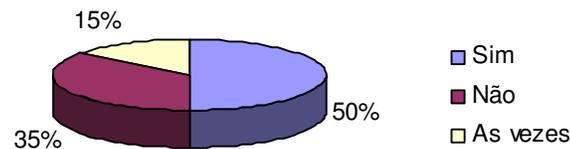


Figura 13 - Cuidado em separar o lixo de sua residência pela família.

Observa-se que exatamente a metade dos familiares dos alunos entrevistados separa o lixo em suas residências, refletindo o reconhecimento pela maioria dos alunos da importância da separação do lixo alimentar e não alimentar e da necessidade de um reaproveitamento do lixo que é reciclável, visto que 35,30% dos mesmos separam o lixo eventualmente. Muitos dos alunos refletiram a indignação de separarem o lixo e muitas vezes ele ser misturado na coleta citada. Na pesquisa de Cavalheiro (2008) 68,75% dos estudantes entrevistados separavam o lixo e o restante não separava.

A questão treze avalia se o aluno sabe citar algumas doenças que estejam relacionadas ao lixo. As doenças citadas pelos alunos foram: diarreia, vermes, escabiose, leptospirose, dengue, infecções, febre amarela, ou seja, doenças relacionadas diretamente ou indiretamente ao lixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente sabe-se que os impactos ambientais decorrentes das mais variadas intervenções do homem estão ocasionando efeitos imprevisíveis para a qualidade de vida das futuras gerações. Não é por outra razão que a mídia vem se ocupando dos assuntos relacionados às alterações climáticas.

Destaca-se, então a importância de que sejam partilhados conhecimentos específicos ambientais de forma globalizada e com a atuação de diferentes áreas profissionais objetivando o bem comum da valorização de nossa qualidade de vida, buscando uma educação ambiental, uma valorização e compreensão da importância da discussão dessas questões.

Porém, a educação ambiental não se dá apenas no recebimento de conceitos, devem ser propostas discussões das problemáticas locais que envolvam a questão ambiental, e a inserção da população nessas ações, a fim de que ela se sinta inserida, que interaja com gestores, participando de Organizações Não Governamentais ou associações a fim de participar da estrutura e planejamento de projetos que busquem soluções competentes para todos. Que nenhuma das partes fuja de suas responsabilidades, mas que todos discutam em busca de um mesmo objetivo: a sobrevivência e melhora da qualidade de vida do homem e perpetuação e valorização dos recursos hídricos, ambientais, animais, bem como da própria espécie humana.

Observou-se na pesquisa que embora haja muito a ser realizado no município de São Sepé, os primeiros passos estão sendo dados, com o apoio de vários setores. O assistente social, avaliando o perfil dessa população e conhecendo a percepção dos alunos dessa escola em relação às questões ambientais, tem uma primeira análise das situações, que em um próximo passo deverão ser discutidas com as comunidades e os grupos de trabalho a fim de que ações em conjunto sejam realizadas. Esses dados também deverão ser disponibilizados para a Secretaria do Meio Ambiente do município visando contribuir para a continuação e evolução do que já vem sendo realizado no município, sendo essa uma função essencial ao assistente social, a informação, associada ao conhecimento da realidade local, buscando a articulação de todos os envolvidos em busca de uma solução.

A população analisada, a qual é assistida pelo PACS, sendo, portanto a de menor renda, com baixo ou médio nível de instrução escolar, aos poucos vem evoluindo na construção de cidadania, seja na separação do lixo ou pela percepção ambiental em evolução nas atitudes, como o observado pelos alunos da escola próxima ao lixão que apresentam percepção ambiental e tem consciência da importância de suas ações na construção dessa mudança de hábitos.

Deve-se destacar, no entanto, que muitos projetos voltados à Educação Ambiental, ainda que importantes, se esgotam em seu objetivo, como a recuperação de uma área degradada ou a coleta seletiva de resíduos, para citar exemplos. Alguns, todavia, adquirem caráter repetitivo, por exemplo, quando se propõem a ensinar (sem o cuidado de buscar a sensibilização) que devemos economizar no uso de água tratada, no banho, na escovação de dentes, e assim por diante. Passado o impacto inicial do treino, a mensagem que deveria permanecer se esvazia, e o projeto deixa de se propagar no tempo; característica essencial para que os seus resultados tenham influência para as gerações futuras.

Espera-se que estes dados contribuam na construção e evolução da cidadania e que novas ações sejam relacionadas em prol dessa temática tão importante para todos nós.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992.

AMORIM, J.M.; PEREIRA, H.J. A análise do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na perspectiva da educação ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**. 2009.

BARCELOS, V.H.L. Educação Ambiental: quem ensina e quem aprende? **Caderno de Extensão**. UFSM. Santa Maria, 1997.

BRASIL. **Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999**, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental,

_____. **Portaria n. 1886, de 18 de dezembro de 1997**, Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família.

_____. Ministério da Saúde. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB-SUS 11/96)**. Brasília, 1996.

_____. **Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento** (1992, Rio de Janeiro) Agenda 21. Curitiba: IPARDES, 2001.

_____. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRUNO NETO, F. **Constituição Federal**: academicamente explicada. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2003.

CAVALHEIRO, J.S. **Consciência Ambiental entre Professores e alunos da Escola Estadual Básica Dr Paulo Devanier Lauda**. Monografia de Especialização em Educação Ambiental, UFSM, Santa Maria, RS, 2008.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. _____. São Paulo: Global, 1998.

HISATUGO, É.Y. **Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para a conservação ambiental**: um estudo de caso em Uberlândia, MG, Brasil. Uberlândia. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em e conservação de recursos naturais. UFU. 2006.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p.189-205. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Autores Associados.

LEFF, E. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento, pp. 109-157. In: LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RUSCHEINSKY, A. (org). **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SILVA, N.N. **Amostragem Probabilística**: um Curso Introdutório. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2001.

SOUZA, E. et al. **Conscientização da População Ribeirinha em relação à escassez e desperdício de água.** In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 16, 2008. Anais, UFMT, 2008.

TRINDADE, R.L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, [S.l.], Ano II, n. 4, p. 21-42, jul. a dez. 2001.